

# A URDIDURA ESPACIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO NO CERRADO – GOIÁS/BRASIL.

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça<sup>1</sup>

Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão

Rua – Cassiano M. Teixeira – 510, Bairro Santa Terezinha

Catalão/GO – CEP - 75709590

[mendonca@pesquisador.cnpq.br](mailto:mendonca@pesquisador.cnpq.br)

## RESUMO

As transformações espaciais, decorrentes das mudanças aceleradas pela reestruturação produtiva do capital, promoveram uma efervescência política no campo brasileiro, propiciando uma agudização das contradições e redefinindo a gestão societária do capital e do trabalho. A retomada dos movimentos sociais na luta pela terra significa a possibilidade de milhares de famílias desterritorializadas de se reterritorializarem na efetiva realização da reforma agrária.

A estratégia do capital se concretiza em novas formas de controle social, mas as alterações no conteúdo das classes sociais forjadas no enfrentamento do capital e do trabalho, implicam em novas (re)arrumações espaciais, produto-produtor da contradição viva e, portanto, condição potencial para a emancipação social. O custo social e ambiental da modernização conservadora da agricultura nas áreas de Cerrado, especificamente nas chapadas do Sudeste Goiano, é questionado sob a necessidade de novas leituras da processualidade histórica e social a partir do metabolismo social do capital.

A reestruturação produtiva do capital, a flexibilização das relações sociais de produção e de trabalho, a mundialização do capital e a re-invenção das ações políticas tecem e conformam a urdidura do capital e do trabalho no Cerrado goiano. Os camponeses e trabalhadores da terra – *Povos Cerradeiros* – ao perderem as condições de existência no campo, buscam reconquistá-las ao se deslocarem para as áreas de fronteira agrícola e/ou intensificam a ocupação das terras, mediante a

organização e a mobilização dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária.

**Palavras-chave:** *Áreas de Cerrado; Transformações Sociais e Espaciais; Territórios em Disputa; Emancipação Social.*

Pouquíssimos títulos de propriedade, se investigados, se revelariam livres de mácula, no longo processo de conquista, roubo, intriga política, favoritismo palaciano, extorsão e poder do dinheiro. É uma ilusão profunda e persistente supor que o tempo confere a esses processos de aquisição tão conhecidos uma inocência que possa ser contrastada com a crueldade das etapas subsequentes desses mesmos impulsos essenciais. (...) Toda vez que nos deparamos com relatos detalhados das atividades dos proprietários de terras, sejam velhos ou novos, seus atos se enquadram bem na qualificação feita por um historiador moderno: “uma gente impiedosa”. (WILLIAMS, 1989, p.74).

## INTRODUÇÃO

As transformações espaciais, decorrentes das mudanças aceleradas pela reestruturação produtiva do capital, promoveram uma efervescência política no campo brasileiro, provocando uma agudização das contradições e redefinindo a gestão societária do capital e do trabalho. A estratégia do capital se concretiza em novas formas de controle social e as alterações no conteúdo das classes sociais forjadas no enfrentamento entre o capital e o trabalho, implicam novas (re)arrumações espaciais, produto-produtor da contradição viva e, portanto, condição potencial para a emancipação social.

Neste artigo o custo social e ambiental da modernização conservadora da agricultura nas áreas de Cerrado é questionado sob a necessidade de novas leituras da processualidade histórica e social a partir do metabolismo social do capital. A reestruturação produtiva do capital, a flexibilização das relações sociais de produção e de trabalho, a mundialização do capital e a re-invenção das ações políticas tecem e conformam a urdidura do capital e do trabalho na contemporaneidade.

Os camponeses e trabalhadores da terra – *Povos Cerradeiros*<sup>2</sup> – ao perderem as condições de existência no campo, buscam reconquistá-las, deslocando-se para as áreas de fronteira agrícola e/ou intensificando a ocupação das terras,

mediante a organização e a mobilização dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária. Milhares de famílias desterritorializadas do seu *locus* de trabalho e moradia não conseguem sobreviver nas cidades e ingressam nos movimentos sociais, assegurando um novo conteúdo político à reforma agrária. Na luta pela terra, enfrentam argumentos de que não possuem esse direito por não terem experiência na lida com a terra.

A ironia é que quando seus avós e pais foram expulsos da terra e caminharam em direção às cidades, o argumento de não terem experiência não impediu que se tornassem operários e/ou que executassem importantes tarefas assalariadas, conforme as necessidades do capital. Agora, quando se organizam para terem o direito à terra, são denominados de desqualificados para o labor na terra, como se essa fosse uma condição inerente apenas àqueles que nasceram na terra.

A discussão sobre se os trabalhadores urbanos podem compor as fileiras dos movimentos sociais que lutam pela terra não faz mais sentido. Primeiro, porque a noção de reforma agrária necessita contemplar um maior número de atividades, que, por serem diversificadas, podem apresentar características agrícolas e não-agrícolas como forma de potencializar renda e trabalho. Segundo, porque quando os trabalhadores da terra foram expulsos das áreas rurais serviram para trabalhar nas fábricas. Interessante que não havia nenhuma dificuldade por terem sido camponeses, pois “imediatamente” foram transformados em operários. Agora, quando se discute a necessidade de que os trabalhadores urbanos possam reivindicar terra, brada-se que não possuem nenhuma relação com a terra e que seus assentamentos serão fracassados, ideologizando a ação política mediante argumentações falsas.

Esse processo ainda precisa ser viabilizado e potencializado pela ação política dos sindicatos, partidos, movimentos populares e movimentos sociais, que apresentem cariz emancipatória. O (re)ordenamento do território por meio da *re-Existência* do trabalho significa o primeiro passo rumo ao enfrentamento do estranhamento – negar os processos de subjetivação capitalistas, despindo-se das amarras alienantes –, constituindo sociabilidades solidárias enquanto condição para a emergência do homem novo.

## **CAPITAL X TRABALHO: tecendo a urdidura espacial no Cerrado.**

Inicialmente torna-se necessário um esclarecimento sobre capital e capitalismo, como forma de contextualizar a reflexão que se propõe. O capitalismo é uma construção histórica e, portanto, passível de ser superada, na medida em que em condições objetivas o capitalismo surge em espaços e tempos diferenciados, contudo, é notório o seu pioneirismo na Inglaterra em meados do século XVII. De alguma forma o capitalismo já estava presente nos interstícios da sociedade feudal, sendo que a dependência em relação ao mercado é que ocasionou a dinâmica capitalista, inicialmente, no campo. A sujeição aos imperativos do mercado (acumulação, competição e maximização do lucro) não se efetivava mediante oportunidades, mas enquanto essência das relações sociais de produção e de trabalho, que alteraram as relações de propriedade na Inglaterra. A separação do produtor dos meios de produção, e as diversas formas de subordinação decorrentes, conforme o acentuado crescimento do assalariamento, é que caracterizaram a arrancada capitalista.

Recentemente, o complexo de transformações técnicas e tecnológicas apropriadas implementadas pela reestruturação produtiva do capital, constituindo um novo patamar da acumulação capitalista em escala planetária, ocasionou mudanças importantes na forma de ser da classe trabalhadora. Todavia, a cautela é necessária, pois muitos pseudo-marxistas apressados, se dedicaram a descrever/interpretar o mundo do trabalho, pulverizando as ações políticas dos trabalhadores e, assim, negando o trabalho como centralidade da reflexão, portanto, negando a perspectiva histórica da emancipação social.

A reestruturação produtiva do capital<sup>3</sup>, ora conduzida pelas empresas, corporações e conglomerados transnacionais, expressa a sublevação e a interminável incerteza do “sujeito” de modernização capitalista: o capital com seu sistema sociometabólico próprio. (Alves, 2001). Sabe-se que o capital não pode subsistir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção e isso implica transformar as condições de produção e as relações sociais. (Berman, 1987). Existe uma descontinuidade posta no interior de uma continuidade plena desde os primórdios do capitalismo, evidenciada atualmente pela modernização capitalista, e efetivamente

mundializada com a financeirização da economia, denotando impulsos qualitativamente novos conforme o sistema sociometabólico do capital. (Mészáros, 2002). Vivemos experiências da condição pós-moderna (Harvey, 1992), que expressa a exacerbação doentia da própria modernidade e, portanto, das contradições e dos paradoxos intrínsecos ao processo – capitalista – de produção das mercadorias.

A modernização capitalista se caracteriza como a vivificante arte do fazer-se plenamente, entretanto, e também por isso mesmo, “(...) autodestruição inovadora, perpétua mudança e progresso incessante, irrestrito fluxo de mercadorias em circulação...”. (Alves, 2001, p. 19). A efemeridade e a mudança caótica a que assistimos expressa o movimento do capital na sua inércia dinâmica (Santos, 1994 e 2002), produzindo a hibridagem dos espaços, causando a sua fluidez, sustentada na densidade técnica dos territórios enquanto suportes da competitividade, portanto, da lógica perversa do processo de (re)produção e auto-expansão do capital. A modernização capitalista é o resultado sócio-histórico da concorrência intracapitalista e da luta de classes.

Para Bihl (1998), o conjunto do mundo capitalista atravessa uma crise estrutural global, mas as pesquisas centram suas investigações somente nos problemas que ela impõe ao capital. “E, sem dúvida, essa crise é, em primeiro lugar, uma crise da reprodução dessa relação social que é o capital.” (1998, p. 67). Contudo, a crise do capital, enquanto relação social, é por natureza contraditória e só pode ser apreendida a partir do seu par dialético, o trabalho. Assim, a crise do capital na contemporaneidade é também a crise do trabalho, portanto, dos movimentos sindicais e sociais. Daí concordar-se com a inversão de perspectiva proposta por Bihl (1998): que a discussão deve ser realizada a partir dos desafios que as mudanças no capital provocaram sobre os trabalhadores, desde a crise do pacto social democrata e a fragmentação do trabalho, acarretando a heterogeneização, complexificação e polissemização com requintes de precarização das relações sociais de trabalho.

É a partir dessas preocupações que “olhamos pelo avesso e pelo direito” a urdidura espacial no Cerrado, considerando as tramas do capital e do trabalho, para des-velar as perspectivas para os trabalhadores e com os trabalhadores. O ponto de partida é a reflexão sobre a modernização capitalista – modernização

conservadora da agricultura nas áreas de Cerrado. Conservadora, na medida em que expressa a busca incessante da produção de valor e, na área da pesquisa, impôs-se como algo consumado e de natureza irreversível, pois não foi permitido qualquer diálogo e sequer aceito os diversos projetos alternativos apontados por setores da sociedade brasileira e pelos *Povos Cerradeiros*, que viviam nessas áreas desde priscas eras.

Ainda, há que se decifrar, a partir da contradição capital x trabalho, os diversos atores sociais, econômicos, políticos e os constructos identitários envolvidos no ato de produzir mercadorias, que homogeneiza classes sociais diferentes, sob o escopo da modernização da agricultura. A moderna agricultura é a expressão mais visível da materialização do capital através das grandes empresas de fertilizantes e insumos, das revendedoras de máquinas e implementos agrícolas, dos equipamentos técnicos territorializados nas áreas de Cerrado, precisamente nas chapadas, como empresas rurais, onde a produção e a produtividade aparecem como resultado do capital e quase nunca do trabalho.

Cada forma de apropriação dos territórios implica uma matriz espacial que assegura a materialização das formas de (re)produção vigentes. A sociedade sempre se organiza a partir de uma matriz espacial, na medida em que o espaço expressa a forma de organização da sociedade, evidenciando relações de poder e relações ideológicas. Portanto espaço é poder, espaço é ideologia, espaço é representação, sendo fundamental para qualquer interpretação da realidade social. Há uma lógica espacial dos objetos, sendo o espaço uma prática dos homens.

Dessa forma, qualquer análise parte de um padrão espacial imposto/construído, e, na contemporaneidade, o imperialismo, em sua fase globalizada, é o paradigma para a interpretação do padrão espacial. A globalização é o ápice da produção destrutiva capitalista, pois se baseia em invenções científicas e tecnológicas lesivas ao homem e a natureza.

Não é pertinente fazer leituras do espaço, sem considerar a relação entre recursos naturais e necessidades humanas – a construção do território pelos homens só pode ser compreendida a partir das relações entre o homem e o seu entorno, enquanto construções históricas espacializadas nos diferentes territórios. Não

há povo no mundo que possa existir sem uma relação forte com as possibilidades de sobrevivência, o seu chão, o seu solo, o seu território. A problemática sobre a criação e o desaparecimento dos territórios, expressa a preocupação com a dimensão espacial da sociedade, um dos pilares da investigação geográfica. Moreira (2003) aponta a possibilidade de existir um discurso de uma geografia do trabalho a partir da relação capital x trabalho, compreendendo-a enquanto a transferência dos custos do trabalho para uma relação capital x recursos naturais. E, assim é possível compreender o aprofundamento dessa relação desde o surgimento do capitalismo como sistema de produção mundial.

### **A LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA: as ações emancipatórias dos movimentos sociais cerradeiros.**

Estas reflexões se baseiam na reflexão no trabalho – na *geografia do trabalho* – e isso não significa que estamos buscando um filão do conhecimento geográfico, com o intuito de ter as condições adequadas e, destacadas, para construir um discurso político que se quer fazer científico. O que se quer é colocar no centro da reflexão e, portanto, da ciência geográfica, a situação dos trabalhadores nas suas diversas realidades que, frente às mudanças no paradigma hegemônico, aparecem como possibilidades de novas ações políticas, necessariamente de cariz revolucionária. É necessário partir da concretude das relações sociais construídas nos territórios e estabelecer ações políticas que culminem na compreensão das diferenças, evitando, e negando, cair no discurso crítico homogeneizador, que pouco ou nada contribui para interpretar os novos sujeitos sociais, seus saberes, suas formas de agir e de ver o mundo. Por isso, clamamos por atenção para as questões que, para a maioria dos estudiosos e pesquisadores não possuem importância, mas que são fundantes na realidade objetiva e subjetiva para a existência material/imaterial dos trabalhadores.

Dessa forma, a leitura do território carece da investigação sobre os movimentos sociais, implicando uma postura política de relevância na interpretação das múltiplas relações macrosociais e suas conseqüências nas vivências e experiências construídas cotidianamente nesses territórios. As formas históricas de análise precisam

ser distanciadas, para que possamos des-velar – retirar o véu que encobre a realidade social. Isso não significa abrir mão dos postulados e princípios teórico-metodológicos, tampouco, da compreensão de que fazer pesquisa é uma ação política clara e necessária, mas significa também, simplesmente sentir, ouvir, cheirar, apalpar, enxergar, viver as configurações sociais construídas pelos sujeitos pesquisados. “Quem pretender captar a dinâmica dos movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza”. (Sader, 1988, p. 42).

Na Geografia há leituras geográficas dos movimentos sociais e isso é fundante para compreendermos as tramas sociais, espaciais e territoriais, sem as quais as pesquisas tornam-se meras descrições dos territórios inanimados, como se esses não apresentassem vida geográfica. O MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, assim como outras agremiações que lutam pela permanência na terra e pela reforma agrária são movimentos sociais. A luta contra as barragens e a luta pela terra são ações que objetivam a sobrevivência digna para milhares de famílias se configurando numa ação concreta pela cidadania. É a partir dessa compreensão que se utiliza a categoria movimentos sociais como condição para efetivar as leituras geográficas através do confronto capital x trabalho na disputa pelo território.

Conforme Sader (1988), o impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. É nesse sentido que se compreende *Povos Cerradeiros*, enquanto uma construção sociocultural, forjada numa nova ação política carregada de sentidos e significados para os camponeses e trabalhadores da terra com o Cerrado, não apenas enquanto Bioma, mas também, como cultura. A revalorização das práticas rurais cotidianas, coadunadas com uma perspectiva política de transformação social, atendida com as grandes questões da atualidade e com novas formas de existência e de organização sociopolítica, potencializa a ação dos movimentos sociais (MAB e MST), que, mesmo não sendo locais, comportam as necessidades sociais dos *Povos Cerradeiros*.



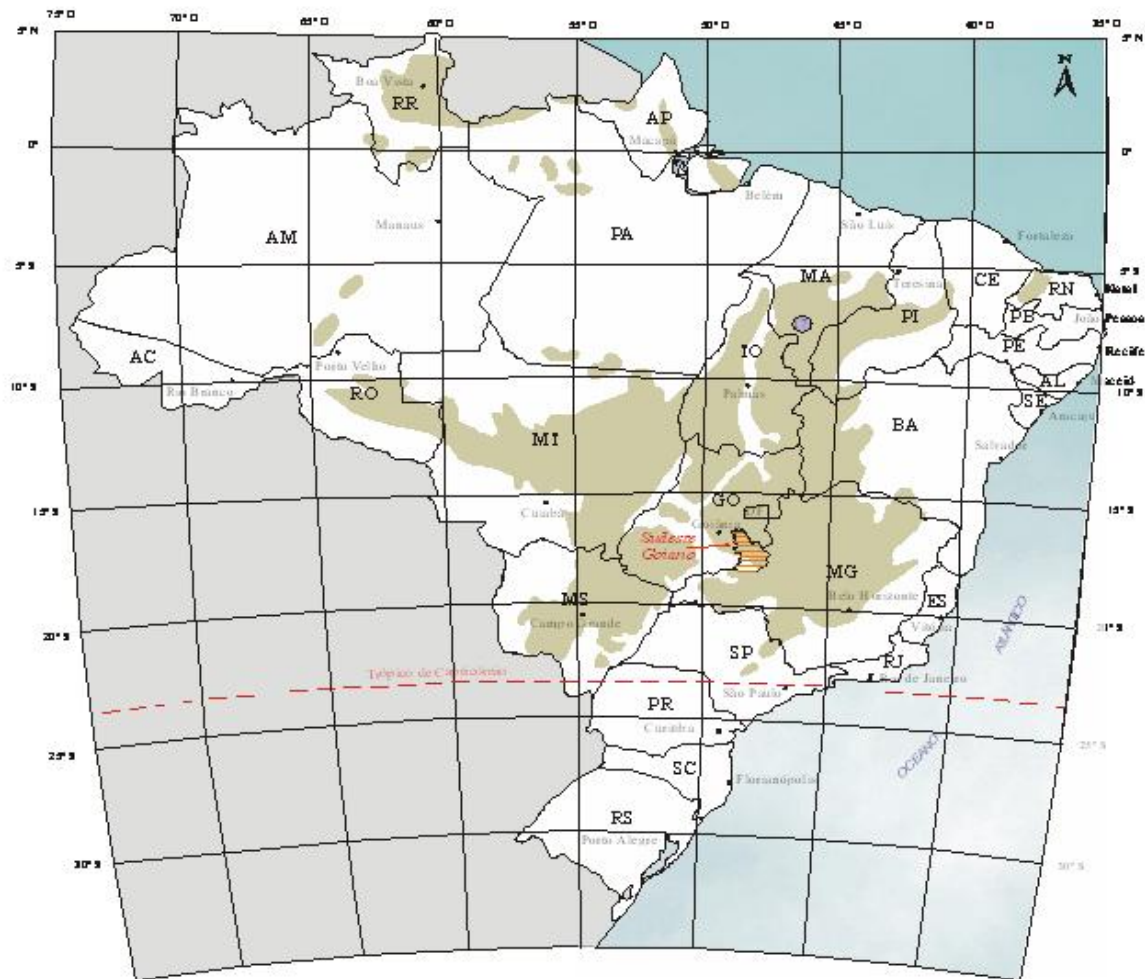
A Figura 01 mostra as áreas que originalmente apresentavam significativa parcela de vegetação de Cerrado e *hachurado* o Sudeste Goiano, área onde foi desenvolvida a pesquisa de campo.

Novos olhares são construídos sobre a ação política implementada pelos movimentos sociais que questionam, veementemente, o latifúndio e mais recentemente as empresas rurais modernas.

Os movimentos sociais cerradeiros ao compreenderem o movimento sociometabólico do capital articulam a unicidade orgânica dos trabalhadores e mergulham em novas possibilidades para uma ação política transformadora. O desafio está em fundir as novas questões (transgenia, produção e gestão da energia, soberania alimentar etc.) e associá-las ao movimento geral da macropolítica, objetivando uma ação política diferenciada, mas que agregue esforços na luta contra o capital.


Bihl (1998) destaca a grandeza e a miséria dos novos movimentos sociais. A grandeza está em trazerem para a arena política do Estado e da sociedade as demandas resultantes da relação predatória do capitalismo com os recursos naturais e com os homens, ampliando a noção de que a luta de classes se estende à totalidade das condições sociais de existência e não apenas ao movimento econômico na produção do valor. “(...)‘os novos movimentos sociais’ colocaram em evidência o fato de que ‘tudo é (tornou-se) político’, desde as relações entre homens e mulheres até a organização do espaço-tempo social (...)”. (Bihl, 1998, p. 153). Já a miséria se expressa numa relativa fraqueza política por apresentarem uma natureza periférica quanto à relação social fundante e hegemônica do capital. Os movimentos sociais cerradeiros buscam reforço na construção de um Escola de Formação Política que busca agregar a partir das experiências acumuladas e das leituras clássicas e, ainda, num diálogo permanente com os trabalhadores urbanos a tão desejada unicidade orgânica do trabalho. Essas ações estão se iniciando e se colocam como um vigoroso desafio para uma ação política de feição nova.

FIGURA 01- BRASIL: DOMINIO ORIGINAL DO CERRADO



**FORTE:**  
 Adaptado de: INOCÊNCIO, Maria Tereza.  
 O poder e a territorialização do capital  
 em Goiás: o Projeto de Colonização Paranaense.  
 Dissertação (Mestrado em Geografia). IESA/  
 IFG, 2001, p. 53.

**Escala Gráfica**  
 0 150 300 450 600 Km  
*Projeção Policônica*

 **Domínio do Cerrado**

 **Estado de Goiás**

Castells (2003) salienta que os movimentos sociais são o que dizem ser. Isso significa que suas práticas, ações discursivas e simbólicas é que devem ser utilizadas para conceituar e caracterizá-los, desde que considerem a cidadania como o fio condutor dessa ação política. Não se concebe cidadania se não for a partir da ação direta dos movimentos sociais que, plurais, agregam diferentes tradições, crenças, modos de vidas, perpassados pelas múltiplas manifestações do trabalho e, assim, constituindo relações sócio-identitárias.

As razões motivadoras para a ascensão dos movimentos sociais rurais são de natureza histórica, vide a luta pela terra nos últimos séculos, corporificada em todo o território nacional, devido à estrutura agrária brasileira, concentradora e excludente. A trajetória adversa do sindicalismo rural e a indiferença dos trabalhadores urbanos com as demandas colocadas pelos trabalhadores da terra são patentes enquanto motivadoras dessa ascensão. No que tange aos movimentos sociais organizados em cunho nacional, como o MST e o MAB, parece haver uma tentativa bastante interessante de exigir a regulação estatal e a constituição de uma nova gestão coletiva do território, sem que sejam açambarcados pelo aparato estatal. Dessa forma, ao propor uma nova institucionalidade pública, um novo conceito de gestão do território, inovam e apresentam um projeto político diferenciado para a sociedade brasileira.

### **A LUTA PELA TERRA: O MST no Sudeste Goiano.**

Marques (2000) destaca momentos diferenciados da ação política impetrada pelos camponeses e trabalhadores da terra na história agrária brasileira, considerando períodos em que os personagens principais na construção da luta foram os rendeiros e foreiros no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, mais tarde os posseiros no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e, mais recentemente, os sem-terra que se destacaram enquanto sujeitos sociais e políticos em meados dos anos 1980 se estendendo até os dias de hoje.

O MST se tornou, nos anos 1990, o movimento social de maior expressão política no Brasil. Apoiou-se nas experiências da pedagogia popular

desenvolvida pela Igreja Católica progressista, associando elementos místicos das práticas religiosas dos camponeses com as práticas cotidianas do mundo rural – sociabilidades rurais, sob intensa disciplina e organização das atividades propostas.

No território goiano, o MST priorizou algumas regiões para uma ação política mais direta. Tradicionalmente, a área que apresentava maior organização e mobilização dos camponeses, estava sob influência direta da Diocese de Goiás-GO. Mas, à medida que em a agricultura moderna, em larga escala avançava e se territorializava, primeiramente no Sudoeste Goiano e mais tarde no Sudeste Goiano, os problemas, advindos da despossessão e da miséria crescentes no campo e nas periferias urbanas, se tornaram um terreno fértil para ação política na luta pela terra e pela reforma agrária.

No Sudeste Goiano, a territorialização do MST ocorreu a partir de 2002 com os primeiros acampamentos e ocupação de terras (Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Catalão e Pires do Rio) causando uma efervescência política entre as elites, que amedrontadas e enraivecidas, envidam esforços no sentido de cercear o crescimento da ação política desencadeada pelos trabalhadores da terra. Avizinha-se uma nova recomposição de classes a partir da agudização dos projetos políticos entre os empresários rurais e aliados e os trabalhadores da terra, camponeses, sindicalistas etc que lutam pela reforma agrária, apontando a perspectiva de uma unificação orgânica dos trabalhadores. A modernização conservadora da agricultura, mediante a territorialização das empresas rurais, concentradas nas chapadas, é colocada em discussão, devido aos impactos sociais e ambientais que geram incerteza, mas também devido à necessidade de uma intervenção mais qualificada acerca das perspectivas para milhares de famílias de trabalhadores da terra desterritorializadas e das questões ambientais nas áreas de chapada, principalmente no que tange aos recursos hídricos.

Segundo informações da Coordenação Estadual do MST, em Goiás, há cerca de 7.000 famílias acampadas, sendo que aproximadamente a metade está vinculada ao MST. Ainda, informaram que, conforme levantamento do INCRA/GO, existem 370 áreas que exercem atividades consideradas produtivas em menos de 50%

da área total da propriedade, sendo passíveis de desapropriação para a implementação da reforma agrária.

Em 2003, a Fazenda Canadá foi ocupada no município de Campo Alegre, acerca de 40 kms de Catalão. A área já deveria ter sido leiloadada pelo Banco do Brasil em função de dívidas contraídas pelo empresário rural, que se arrastam há vários anos. A primeira ocupação ocorreu em 21 de julho de 2003, entretanto, desocuparam a área com a promessa de avaliação técnica do INCRA/GO e se agruparam no corredor nas proximidades do Ribeirão Capão Dantas, às margens da BR-050. Após seis meses sem que a situação fosse resolvida, voltaram a ocupar a área em 31 de janeiro de 2004 e novamente foram expulsos, voltando para o corredor. A demora desestimulou muitas famílias, que abandonaram o acampamento. Essa situação ocorre nas áreas mais “produtivas” de Goiás. Como exemplo apresenta-se um dos acampamentos de Trabalhadores Sem Terras no Sudoeste Goiano, o celeiro agrícola do país. (Figura 02).



Figura 02 – Acampamento de trabalhadores sem-terras – Santa Helena de Goiás – Centro-Sul Goiano. (Foto do autor, 2004).

Os movimentos sociais marcam os territórios, possibilitando distintas configurações geográficas, que carecem de interpretações, pois não são devidamente

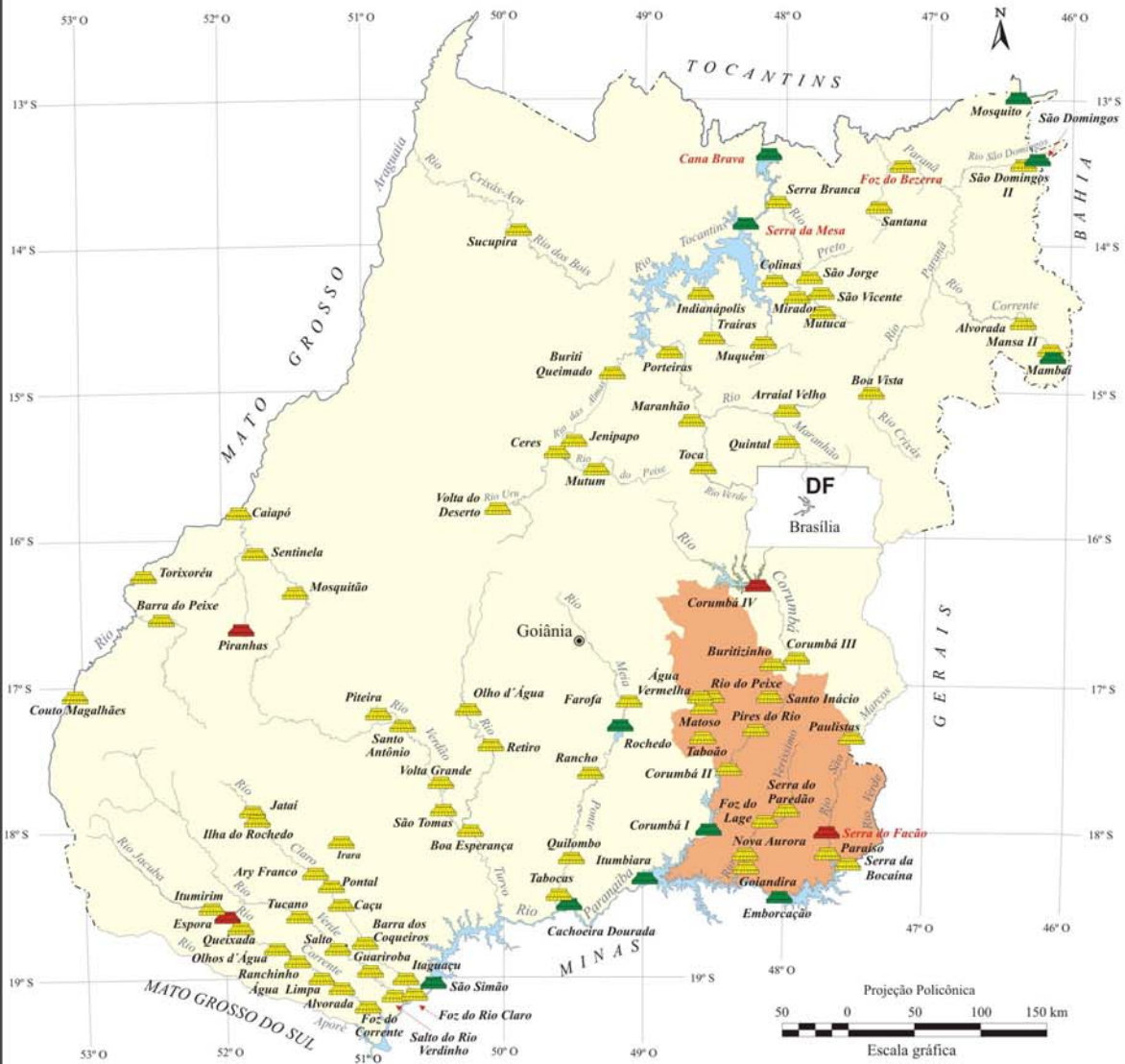
valoradas nas reflexões acadêmicas. O objetivo da propositura não é inserir esses sujeitos sociais e/ou dar-lhes vozes. Ao contrário, são legítimos interlocutores das demandas historicamente colocadas pelos trabalhadores e possuem destacada presença na arena societal, negando as formas perversas de (re)produção do capital e apontando a perspectiva histórica de ações emancipatórias, fortalecidas na luta pela terra, pela reforma agrária e também na ação direta contra o modelo energético brasileiro, centrado na produção de energia a partir da construção de hidrelétricas, que propicia uma enormidade de impactos sociais e ambientais. É a partir dessas preocupações que o MAB se territorializa no Sudeste Goiano através da luta contra a barragem Serra do Facão.

### **A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: O MAB no Sudeste Goiano.**

Diante da iminência da destruição das suas condições de vida e da possibilidade do deslocamento compulsório, camponeses e trabalhadores da terra do vale do rio São Marcos estão construindo uma nova identidade como sujeitos sociais transformadores. A Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e alguns professores e alunos do Curso de Geografia da UFG – Campus Catalão começaram a incentivar os atingidos a se reunirem e a discutirem o modelo energético no Brasil. Para uma melhor orientação, os atingidos recorreram ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB Nacional, visando compartilhar experiências e metodologias de organização, consolidando o movimento no Sudeste Goiano. Nesse processo, os espaços de socialização política se dão através do trabalho de base e reuniões periódicas em locais cedidos pela Igreja Católica e/ou sindicatos ou nas próprias comunidades ameaçadas. Essas práticas são resultado das trocas de experiências que se tornaram táticas de formação e organização do MAB.

Em Goiás (Figura 03) há diversos projetos para construção de hidrelétricas, desde PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas – até grandes barragens, como a recente autorização para a construção da hidrelétrica Serra do Facão<sup>4</sup>.

**FIGURA 03 - ESTADO DE GOIÁS: LOCALIZAÇÃO DOS AHE's EM OPERAÇÃO, EM CONSTRUÇÃO EM OUTORGA E PLANEJADOS (2004)**



**FONTE:**  
 Departamento de Estradas de rodagem-  
 DER-GO. Mapa Rodoviário Estadual,  
 Escala 1:1.000.000, 1999 (base cartográfica).  
 CELG. Bacia hidrográfica do Paranaíba  
 Mapa disponível in: [http://www.celg.com.br/pesquisa\\_bacias.jsp](http://www.celg.com.br/pesquisa_bacias.jsp). Acessado em 22/08/  
 2004.  
**ORGANIZAÇÃO:**  
 Marcelo Rodrigues Mendonça  
**Cartografia digital:**  
 Loandra Borges de Moraes

**UNESP PRESIDENTE PRUDENTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
 TESE DE DOUTORADO  
 ORIENTADOR: Antonio Thomaz Júnior  
 ORIENTANDO: Marcelo Rodrigues Mendonça

**LEGENDA**

- Aproveitamento Hidrelétrico em operação
- Aproveitamento hidrelétrico em construção
- Aproveitamento hidrelétrico em outorga ou planejado
- Sudeste Goiano

**Obs.** Nos AHE's destacados na cor vermelha é forte a atuação do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem)

A ação política agregou diversos atores ao processo. Uma comissão formada por atingidos e apoiadores, após estudos dos laudos e relatórios apresentados, produziu documentos<sup>5</sup> apontando os principais problemas diagnosticados e que foram encaminhados aos órgãos e autoridades competentes. Dessas preocupações, resultou a criação do MAB Regional, que passou a atuar objetivando conscientizar e politizar a comunidade atingida e não atingida sobre as graves conseqüências sociais e ambientais provocadas pela construção de grandes hidrelétricas. Intensificou-se a ação política com manifestos e atos públicos e uma peregrinação a Brasília<sup>6</sup>, a fim de sensibilizar as autoridades para a suspensão da construção do barramento.

Organizados em grupos de base, os atingidos promoveram em dezembro de 2002, o II Encontro Regional de Organização e Formação dos Atingidos, em Catalão. Esse encontro foi decisivo para a consolidação do MAB na região, pois possibilitou aos atingidos, maior compreensão do modelo energético e das políticas internacionais que controlam esse setor. Desde então, várias reuniões, atos públicos (passeatas) e denúncias em órgãos públicos foram realizadas. Em Janeiro de 2003, as denúncias foram protocoladas no Ministério das Minas e Energia, no Ministério Meio Ambiente e no Ministério do Desenvolvimento Agrário entre outros, ressaltando as diversas irregularidades detectadas no EIA/RIMA – Estudo de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos Ambientais – e os desmazelos com os cadastramentos das famílias e propriedades atingidas. Em abril de 2003, realizou-se o Ato Público em Defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho (Figura 04), reunindo cerca de 500 atingidos e apoiadores em passeata pelas ruas de Catalão, causando grande impacto na sociedade local e regional.





Figura 04 – Ato Público em Defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho. Catalão-Goiás. (Foto de S. A. ALVES, 2003).

A luta contra a construção do barramento Serra do Facão colocou duas questões para a pesquisa. A primeira, a construção de hidrelétricas em áreas de Cerrado<sup>7</sup> e a reflexão sobre os *Povos Cerradeiros*. E, a segunda, o papel político desencadeado pelos camponeses e trabalhadores da terra na luta pela terra e pela reforma agrária e a capacidade de articulação com outras categorias de trabalhadores para fortalecer o enfrentamento com o capital. A partir da leitura do *território em disputa* entre os camponeses, trabalhadores da terra, apoiadores e o capital barrageiro, os atingidos se mobilizaram, juntamente com o MAB e diversas instituições e entidades organizadas<sup>8</sup>, discutindo o modelo energético brasileiro, apresentando argumentos técnicos, científicos e políticos contrários à construção de barragens em áreas de Cerrado.

Para os atingidos<sup>9</sup>, esse processo gera dúvida e causa receio, pois o que mais prezam é a honestidade, expressa, na maioria das vezes, em contratos

verbais, reforçando a idéia de que as palavras valem mais que os documentos assinados. São lógicas muito diferenciadas, apresentando forças políticas distintas que se colocam em enfrentamento. Essas atitudes, fortalecidas, acarretam novas alianças entre os trabalhadores, aglutinando categorias que até então não estabeleciam ações políticas conjuntas contra o capital.

O modelo energético brasileiro, centrado na produção de energia a partir das hidrelétricas, é excludente e predador em geral, mas ao se expandir para as áreas de Cerrado, os impactos ambientais e sociais se agravam. O Cerrado é um ambiente pouco estudado, mas extremamente explorado, especialmente pela agricultura modernizada, que nas últimas décadas modificou drasticamente a paisagem dos extensos chapadões, que se tornaram imensos “mares” de soja. Os camponeses e trabalhadores da terra que não sucumbiram à modernização da agricultura foram “empurrados” para as áreas enrugadas e para os vales dos rios, onde ainda *re-Existem* (Gonçalves, 2003) como produtores de arroz, feijão, mandioca, hortaliças, frutas etc., destacando-se na produção leiteira e na criação de pequenos animais.

A partir da mobilização e da organização dos atingidos e do diálogo com diferentes entidades e apoiadores ocorreram algumas dissensões na condução política. A ação política do MAB se destina à construção de um processo de “tomada de consciência” para além da questão do barramento e da crítica ao modelo energético. Dessa forma, as ações, aparentemente pontuais e expressas na micropolítica dos sujeitos envolvidos, não são percebidas enquanto potenciadoras de um projeto de transformação social.

A participação de diversas categorias de trabalhadores e sindicalistas urbanos expressa uma perspectiva política ampla, rompendo com os limites corporativos das categorias ensimesmadas, abrindo uma reflexão sobre a necessidade de uma aliança, centrada nas diferenças, mas assegurando um objetivo comum – a luta pela emancipação social. Nessa composição societária, rumo à ação política transformadora, está o embrião de uma nova ação política, inaugurada na compreensão das diferenças e no respeito à contribuição dos diversos segmentos sociais, possibilitando novos conteúdos na relação cidade–campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação política implementada acaba por homogeneizar diferenças, tratando realidades distintas como equivalentes, com importantes avanços no processo de enfrentamento do trabalho com o capital. A reflexão sobre o desenvolvimentismo e o progresso, expresso pelo modelo energético, propiciam indagações e questionamentos que, a priori, dificilmente atingiriam essas pessoas, assim como não seria pauta das principais discussões construídas pela correlação das forças políticas regionais. Os avanços na ação política do MAB, e sua inserção cada vez maior no debate sobre as alternativas para a produção de energia conforme as necessidades da sociedade brasileira, favorecem a identificação de ações emancipatórias, ao apontar o questionamento da sociedade capitalista na sua raiz e ao se colocar contra a lógica globalizada do capital transnacional.

Dessa forma, as ações políticas impetradas pelo MST e pelo MAB constituem resultados da atuação do capital, propiciando aos camponeses e trabalhadores da terra a potenciação das ações humanas, a criatividade no processo de elaboração, construção e gestão dos territórios conquistados, visando assegurar uma existência digna. A identidade constituída no processo da luta reforça a reflexão de que tão ou mais importante do que ter a terra, é reconhecer que o fundamental é a forma de uso da terra. Esse é um dos grandes desafios que se coloca para os movimentos sociais no país.

Ainda de forma embrionária é possível perceber novas ações políticas, que buscam romper a fragmentação, a heterogeneização e a polissemização do trabalho, bem como a luta intraclasses trabalhadora. Essas reflexões foram constatadas nas preocupações de algumas lideranças, tanto do MST como do MAB, mas no caso do Sudeste Goiano, mais expressivas a partir do MAB por conta da trajetória de lutas e do acúmulo de experiências na ação coletiva.

A participação e a reflexão na política desvendam os véus impostos pelas arcaicas formas de controle impetradas sobre os trabalhadores, evidenciando a necessidade de uma ação política efetiva e autônoma. Ao se sentirem “donos” de seus

destinos, parecem tomados de uma energia indescritível e uma disposição inigualável para compreender as amarras que, sutis, impregnam as relações sociais e, quando descobertas, apontam a perspectiva histórica rumo à emancipação social.

A luta pela terra, pela reforma agrária e pela permanência na terra está possibilitando um diálogo mais construtivo entre as diversas frações da classe trabalhadora (camponeses, trabalhadores da terra, estudantes, professores, sindicalistas, operários, bancários etc.), contudo, ainda persistem muitas travagens que necessitam ser superadas. As reivindicações são pontuais e de natureza imediata, possuindo sua esfera de identificação fragmentada. Assim, é urgente uma reflexão que considere o necessário imbricamento das frações da classe trabalhadora e que possa envidar esforços a partir das leituras do território na perspectiva da geografia do trabalho. Essas leituras visam instrumentalizar as lutas para um caminhar no sentido da superação do imediatismo, da atomização e da institucionalidade. Lutas contra a hegemonia das elites, contra o capital e contra o capitalismo e, que para subsistirem, carecem mais do que nunca da unificação orgânica dos trabalhadores – a classe trabalhadora – para a efetiva construção do contra-espço.

## **REFERÊNCIAS**

Alves, Gilvanni. Dimensões da globalização – o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

Antunes, Ricardo. Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

Berman, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Bihr, Alain. Da grande noite à alternativa – o movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

Castells, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges, revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Dobb, Maurice. A evolução do capitalismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

Gonçalves, Carlos. W. Porto. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. 2003. Disponível em [www.cibergeoagbnacional.com.br](http://www.cibergeoagbnacional.com.br) – Acesso em janeiro de 2004.

Harvey, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

Marques, Marta Inez. M. De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Mendonça, Marcelo. R. A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Mészáros, István. Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira & Sérgio Lessa. Boitempo, Unicamp, maio 2002.

Moreira, Ruy. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo no âmbito da luta emancipatória? In: Revista Pegada. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Vol. 4, n. 1, jun. 2003. Disponível em [www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget).

Sader, Eder. Quando os novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Santos, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. Técnica, espaço, tempo - globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

Thomaz Junior, Antonio. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra reforma agrária no Governo Lula. In: Revista Pegada. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Vol. 4, n. 1, jun. 2003. Disponível em [www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget)

Williams, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. Trad. Paulo H. Britto. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

---

1 Prof. Doutor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia – Campus Catalão. Pesquisador do CNPq. Coordenador de Extensão e Cultura do CaC/UFG (Gestão 04/2005 a 03/2007). Membro do Grupo de Pesquisa GETeM – Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, CaC/UFG, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Angélica de Mesquita. Membro do Grupo de Pesquisa CEGeT – Centro de Estudos da Geografia do Trabalho, UNESP/Presidente Prudente, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

2 Compreende-se esses povos (indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores da terra, proprietários tradicionais etc.) como aqueles que historicamente viveram e vivem nas áreas de Cerrado, constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de

---

trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. Entretanto, o que os diferencia além da perspectiva de se manterem na terra, constituindo modos de ser e de viver é a ação política na defesa da terra de trabalho e da reforma agrária a partir de diversos elementos, dentre eles a cultura como determinante de ações políticas de cariz revolucionária.

3 (...) é oportuno ponderarmos que a reestruturação produtiva é entendida como um projeto não acabado do capitalismo tardio, já que não constitui uma nova hegemonia do capital na produção, mas é também um poderoso instrumento de desorganização e fragilização das formas de resistência da classe trabalhadora. (...) se materializa territorialmente em nome da restauração de formas e procedimentos de dominação, que contém novos processos de trabalho, de redefinição dos requisitos de qualificação e (re)qualificação do trabalhador, de (re)definição de políticas públicas, de reformas nos códigos de leis, por exemplo da CLT e das cláusulas trabalhistas e da proteção social da Constituição, bem como dos demais assuntos da agenda social, como as reformas tributárias e previdenciária e os programas sociais do governo. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 09).

4 A hidrelétrica Serra do Facão será implantada nos municípios de Catalão e Davinópolis, em Goiás, e terá potência instalada de 210 megawatts (MW). A concessão da usina, leiloadada em junho de 2001, foi arrematada pelo Consórcio Gefac. Constituído inicialmente pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que atua como autoprodutor de energia, e pelos produtores independentes Alcoa Alumínio S.A., DME Energética Ltda. e Votorantim Cimentos Ltda., o consórcio incorporou posteriormente a Companhia de Cimento Itambé. Após as operações de reestruturação, o Gefac passou a ser constituído pela CBA, com 16,9737% de participação, e pela Cefac Energética S/A, com 83,0263%. (Boletim Energia, n. 104, 26/11a 02/12 de 2003. Disponível: [www.aneel.gov.br/](http://www.aneel.gov.br/)). A Camargo Corrêa Cimentos adquiriu 10,96% da Cefac Energética que pertenciam a Alcoa Alumínio, que ainda tem 39,47%. Também participam da empresa a Cimento Itambé (4,5%), Votorantim Cimentos (18%) e DME Energética (10,08%).

5 Mediante a apresentação do EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente e do PBA – Plano Básico de Ação – pesquisadores do NEPSA elaboraram um documento explicitando os principais problemas, apontando a farsa científica dos estudos realizados pelos “empreendedores” do AHE Serra do Facão com a conivência dos órgãos licenciadores. O documento contemplou as principais indagações dos atingidos e demais apoiadores, exprimindo as preocupações da sociedade, em nível regional, com os impactos sócio-ambientais que a hidrelétrica acarretará, e sugere que os novos licenciamentos sejam feitos mediante estudos por bacia hidrográfica e não por projetos individuais, na medida em que os efeitos ambientais são sinérgicos não se restringindo aos limites da área inundada. O documento foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, ao Ministério das Minas e Energia – MME, à Agência Goiana de Meio Ambiente, ao Ministério Público Federal e Estadual, à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, e tem sido utilizado nas reflexões com a comunidade circundante, assim como em encontros e congressos científicos de Geografia e áreas afins.

6 No dia 16/01/2003, foi protocolado documento solicitando audiência com os ministros do Meio Ambiente, das Minas e Energia e do Programa Fome Zero. Poucos dias depois – 28/01 a comissão foi recebida pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Na audiência foram destacadas as dificuldades encontradas pelas famílias atingidas quanto ao acesso às informações, assim como, os atos falhos presentes na documentação apresentada pelo grupo de empresas construtoras, entre outros argumentos que subsidiavam a solicitação de suspensão imediata do referido barramento. A Ministra demonstrou sensibilidade, todavia, salientou que a produção de energia é uma política do governo, mas, acreditava ser importante rever algumas questões, mas sem grandes alterações. Meses depois, 23/05/2003, a comissão foi convocada para uma audiência com o Secretário Nacional de Energia Elétrica – Sr. Ronaldo Schuck, que expressou preocupações diante dos fatos relatados pelos atingidos e pelas entidades que apoiam o movimento, mas manteve o discurso da necessidade da produção de energia a partir d'água. Na oportunidade foi apresentado extenso relatório contendo os argumentos que justificavam a suspensão do empreendimento. O representante do governo alegou que o processo estava em trâmite desde 2001 e que poderia fazer muito pouco, pois a responsabilidade pela decisão tomada era do governo anterior.

---

7 Um importante campo de luta é a criação de uma ampla Frente Parlamentar em Defesa dos Rios do Cerrado. Em fevereiro de 2004, foi apresentado o projeto à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás para a criação da Frente Parlamentar, com o objetivo de agregar pesquisadores, movimentos sociais e povos cerradeiros contra a construção de barragens nos rios do Cerrado. É no Cerrado que estão as nascentes das grandes bacias hidrográficas da América do Sul. O barramento destes mananciais pode ter conseqüências para todo o equilíbrio do sistema hídrico a médio e longo prazos. Em 29 de abril foi realizada Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, com pauta específica sobre os impactos sócio-ambientais dos barramentos nos rios do Cerrado, com presença maciça de pesquisadores, entidades e instituições que apóiam a luta contra a construção de barragens. No dia 09/06/2004, coordenada pela AGB Seção Catalão e entidades apoiadoras, foi realizada uma Audiência Pública em Catalão, como parte das atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar, discutindo especificamente os projetos de barramentos nos rios Veríssimo, São Marcos e Paranaíba, no Sudeste Goiano.

8 Participam ativamente da luta contra a construção do barramento o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Catalão, o Sindicato METABASE, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, a ADCAC S.Sind – ANDES S/N – Associação dos Docentes do Campus de Catalão, o CAGEO – Centro Acadêmico do Curso de Geografia e o DACC – Diretório Acadêmico dos Cursos de Catalão, entre outros.

9 São todas as pessoas que sofrerão mudanças no seu modo de vida em função da construção da barragem. Os atingidos se dividem em atingidos de forma direta, que são aqueles que terão suas terras inundadas, sendo proprietários, trabalhadores rurais assalariados, agregados, camponeses-posseiros, ou seja, os trabalhadores da terra, e de forma indireta, aqueles que sofrerão alterações em suas trajetórias de vida em virtude do barramento, sem, contudo, terem terras alagadas e/ou mesmo terem terras. A denominação atingidos ou ameaçados se refere a população desterritorializada e/ou que está na iminência de ser expulsa das suas terras e/ou áreas de origem (cidades, vilas, distritos etc.).